

ARMANDO MALHEIRO DA SILVA
VIVIANA FERNANDEZ MARCIAL
FERNANDA MARTINS
[Eds.]

A LITERACIA DA INFORMAÇÃO EM PORTUGAL

UM DIAGNÓSTICO, UM MODELO E
UMA REFLEXÃO PROSPETIVA
(2007-2010)

eCAI 1

PORTO
CETAC.MEDIA
2016

ARMANDO MALHEIRO DA SILVA
VIVIANA FERNANDEZ MARCIAL
FERNANDA MARTINS
[Eds.]

A LITERACIA DA INFORMAÇÃO EM PORTUGAL
Um diagnóstico, um modelo e uma reflexão prospetiva (2007-2010)

PORTO
CETAC.MEDIA
2016

Ficha técnica:

Título: A literacia da informação em Portugal: Um diagnóstico, um modelo e uma reflexão prospetiva (2007-2010)

Editores: Armando Malheiro da Silva, Viviana Fernandez Marcial, Fernanda Martins

Autores: Armando Malheiro da Silva, Viviana Fernandez Marcial, Fernanda Martins, José Azevedo, Maria Manuela Azevedo Pinto, Susana Guedes, Leticia Silva, Maria Helena Padrão

Coleção: eCAI 1

Edição: CETAC.MEDIA/ Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ISBN:978-989-8648-67

ARMANDO MALHEIRO DA SILVA
VIVIANA FERNÁNDEZ MARCIAL

Resumo Este artigo divulga resultados do Projeto de Pesquisa eLit.pt – A Literacia Informacional no Espaço Europeu do Ensino Superior. Ao longo dos dois anos foram divulgados os pressupostos teórico-metrológicos e conceituais além dos resultados parciais dos dois inquéritos distribuídos para uma amostra de mais de três mil estudantes. Um dos inquéritos para alunos do último ano do secundário e outro a alunos do segundo ano do ensino universitário e politécnico. Neste artigo, avançamos com mais alguns resultados e divulgamos os modelos dos inquéritos aplicados. Com mais estes elementos esperamos contribuir para a estimulação de um debate urgente e aprofundado acerca do tema “literacia da informação” que não deve, em nosso entendimento, ser confundida com inclusão digital ou com brecha digital.

Abstract This article discloses the results eLit.pt Research Project - The Information Literacy in the European Higher Education Area. Along two years the theoretical and methodological assumptions and conceptual in addition to the partial results of the two surveys distributed to a sample of more than three thousand students were published. One of the surveys was intended to the end of high school and the other for students of the second year of university and polytechnic. In this article, we move forward with some more results and we disclose the model of the applied surveys. With these elements we hope to contribute to the stimulation of an urgent debate and in-depth concerning the subject "information literacy" that should not, in our opinion, be confounded with digital inclusion or digital gap.

³¹ Silva, M. A. M. & Fernández Marcial, V. (2010). *Informação & Informação*, 15 (1), 104-128.

Introdução

Apesar do conceito de Literacia Informacional (LI) ter origem na década de 1970, o seu efetivo desenvolvimento está relacionado com a expansão das tecnologias da informação e a evolução da Era da Informação. Na década de 1990, diferentes países iniciaram a reorganização dos seus sistemas educativos. Em 1994, os EUA definiram os seus objetivos educacionais - National Education Goals - onde foi demonstrado que a LI é um facto chave na Era da Informação. Neste período, alguns países Europeus como a Finlândia ou o Reino Unido, desenvolveram ações similares.

A LI é uma questão central para os governos e para as instituições profissionais, culturais, organizacionais e educacionais. Organizações como a UNESCO, a OCDE e a União Europeia, expressaram o seu interesse por este assunto. No contexto europeu foram desenvolvidos vários projetos como o DEDICATE (Distance Education Information Course Through Networks), o EDUCATE (End User Courses in information Access through Communication Technology), o VERITY (Virtual and Electronic Resources for Information Skills Training for Young People), entre outros.

É preciso ademais ter em conta que a assimilação do conceito na prática formativa e cultural dos bibliotecários levou à elaboração de *standards*, desde os anos 80, a fim de que os utilizadores das Bibliotecas adquirissem boas práticas na busca, no uso e na citação das fontes procuradas e encontradas nesses espaços próprios dentro do contexto escolar em que desenvolviam as suas atividades. Esses *standards* e o entendimento subjacente de LI na prática biblioteconómica desenharam um conjunto de ideias orientadoras do papel do bibliotecário, ainda hoje vigentes, quer no seio das Universidades, quer nas Escolas através da figura do professor bibliotecário. Essas ideias vão desde as prescrições elementares e simples, como seja a leitura de catálogos e da sinalética classificativa (por ex. CDU), dos livros e dos periódicos em livre acesso ou os passos certos de uma pesquisa em base de dados bibliográficas, até à promoção da avaliação, da escolha e do uso crítico das fontes disponíveis.

A literacia na prática biblioteconómica adquiriu, assim, um perfil muito associado à indução de competências através do binómio ensino-aprendizagem, que a pesquisa em Ciência da Informação (CI) deve compreender e ver os efeitos desse esforço “de formação para a literacia informacional” nas pessoas, nos grupos e no próprio sistema educativo. O fenómeno da literacia, vai, pois, muito para além dos *standards* e das boas práticas, e busca criticamente entender e caracterizar, em profundidade, o perfil de LI dos sujeitos estudados.

Na nossa conceção de CI, obtida através da simbiose construtiva dos legados teórico-práticos da Arquivística, da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação, entendida como disciplina/profissão centrada no processamento e recuperação eletrónicos de conteúdos, o comportamento informacional constitui uma das três áreas do campo de estudo desta ciência de matriz transdisciplinar, e com natural vocação interdisciplinar, em especial no âmbito das Ciências da Informação e Comunicação (CIC). A CI é uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenómeno info-comunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação, ou não, das propriedades inerentes à gênese do fluxo, organização e comportamento informacional (origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação,

transmissão, transformação e utilização da informação); e tem como dispositivo metodológico geral o Método Quadripolar e o seu campo de estudo e intervenção compreende três áreas interligadas a ponto de se interpenetrarem: a [Produção] Gestão da Informação, a Organização e Representação da Informação e o Comportamento Informacional (Silva, 2006, p. 43).

São áreas que agregam problemas e casos específicos e, neste sentido, é conveniente convocar uma relação hierárquica, do geral para o particular ou vice-versa, entre estes e a área correspondente. Em concreto, entendemos que a inteligibilidade da LI se instaura, em pleno, na área do comportamento informacional, sendo, como este, um tópico endógeno à CI.

A limitação do processo de literacia a espaços formativos torna o conceito, bastante em voga, da *long life literacy*, trazido pelas Ciências da Educação e pelas políticas públicas apostadas no combate ao desemprego e à requalificação dos ativos demográficos, sinónimo de comportamento informacional e, por consequência, redundante em CI. No âmbito desta disciplina científica tem vantagem recortar, na área do comportamento informacional, a problemática da LI, desde que centrada em pessoas e grupos sujeitos a contextos de educação formal dentro dos quais é exercido um forte estímulo à busca e uso crítico da informação e podem ser ensinadas estratégias e procedimentos facilitadores desse desiderato.

O que pretendemos enfatizar é que o problema em foco neste artigo não deriva do “património de problemáticas” das disciplinas práticas integrantes da CI transdisciplinar, que entendemos ser a resposta epistemológica adequada aos desafios atuais e futuros da Era da Informação e só possível em face da existência, cada vez mais nítida, de um novo paradigma (pós-custodial, informacional e científico). Deriva sim da forte permeabilidade interdisciplinar que ela possui quer dentro da interdisciplina CIC, quer na interação com as Ciências Humanas e Sociais, onde aquela se insere naturalmente, e com as denominadas Ciências Exatas e Naturais (ou duras). Trata-se, pois, de um problema compósito que por via das trocas interdisciplinares intensas invadiu o campo da CI e assume, hoje, uma acuidade que não pode ser ignorada. Parece-nos, por isso, oportuno esmiuçá-lo com algum detalhe e rigor.

O projeto eLit.pt: objetivos e metodologia

Tendo como marco teórico as referências operatórias antes descritas, foi apresentado, em 2006, um projeto de investigação à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), no âmbito de candidaturas a financiamento científico, e aprovado tendo por título *A literacia informacional no Espaço Europeu do Ensino Superior: estudo da situação das competências da informação em Portugal (eLit.pt)*, com início em Junho de 2007 e conclusão definitiva em Maio de 2010. Trata-se de um projeto assumido no campo da CI, mas aberto a uma efetiva interdisciplinaridade, espelhada na composição da própria equipa com sociólogos, psicólogos e educadores, além de cientistas da informação (Silva et al., 2008). O âmbito da pesquisa é nacional e foi elaborado um inquérito, cuja aplicação foi precedida por proveitoso teste de *focus group*. Neste ponto convém sublinhar os objetivos mais específicos do eLit.pt:

- determinar a existência da LI como a definimos atrás;
- verificar se a LI já é perceptível no fim do Ensino Secundário e se durante todo esse nível de ensino houve alguma “formação para a LI” no sentido de boas práticas de busca, organização, citação e uso da informação;
- determinar eventuais contrastes entre os níveis de LI no Ensino Secundário e a meio do Ensino Superior (Universitário e Politécnico);
- situar a LI através de diferentes contextos escolares (Secundário e Superior - Universitário e Politécnico) nas assimetrias geográfica e socioeconómica de Portugal continental;
- partir do contexto escolar e do desenvolvimento da LI aí ocorrido para determinar outros contextos que se sobrepõem ou se ligam complementarmente no processo de consolidação da literacia nos estudantes portugueses;
- avaliar o esforço há muito desenvolvido através dos standards de LI e até que ponto ele se revela insuficiente ou até inútil para a criação de um efectivo e interiorizado perfil de LI no processo educativo formal em plena Era da Informação e sob o impacto crescente e imprevisível das TIC.

A abordagem seguida baseou-se no estabelecimento de segmentos e de estratificação da amostra, tendo sido adotados como critérios de seleção os seguintes:

- a) examinar o mesmo tipo de área geográfica (normalmente cidades), para Ensino Secundário (ESec) e Ensino Superior (ESup);
- b) seleccionar regiões que reflectissem as diferentes situações socioeconómicas;
- c) representar o norte, centro e sul do país, assim como o litoral e o interior;
- d) incluir na amostra estudantes do 12o ano do ESec e do segundo ano do ESUp, a fim de comparar as competências nos dois diferentes momentos: o anterior à entrada na universidade e durante a frequência do ESUp;
- e) diferenciar, no ESUp, o Ensino Universitário e o Ensino Politécnico, face à possibilidade de existirem diferentes níveis de LI.

Com base nestes critérios resultou uma amostra para a qual foram seleccionadas as cidades do Bragança, Vila Real, Porto, Covilhã, Castelo-Branco, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro. Outro critério que foi aplicado na seleção da amostra foi a combinação das diversas áreas de conhecimento (Quadro 1) com o fim de verificar se este feito ia a ter incidência no nível de competências informacionais dos inquiridos.

Tabela 4- Relação de áreas científicas da amostra

ÁREAS CIENTÍFICAS (ESCOLAS SECUNDÁRIAS)	ÁREAS CIENTÍFICAS (ENSINO SUPERIOR) BOLONHA – 1º CICLO (3º E 4º SEMESTRES)
Ciências e Tecnologias Ciências Socioeconómicas Ciências Sociais e Humanas Artes Visuais	Arquitetura Arquitetura paisagista Bioquímica Contabilidade e Administração Contabilidade e Gestão Financeira Enfermagem Engenharia Civil/P ; Engenharia Civil/U Gestão de Empresas Gestão/P ; Gestão/U Línguas Línguas e Comunicação Línguas, Literaturas e Culturas Psicologia

Os inquéritos foram aplicados a todos os estudantes, em todos os segmentos, de forma a obter pelo menos um número mínimo de 50 inquiridos. A composição final da amostra foi de 10 Escolas Secundárias onde participaram 855 estudantes e de 13 Instituições do Ensino Superior (universitário e politécnico) com um total de 2271 estudantes.

Com a análise dos resultados da fase qualitativa, desenhou-se um primeiro questionário com uma aplicação piloto a 28 alunos do 12º ano da Escola Secundária Rodrigues de Freitas e a 19 alunos do 2º ano de um curso da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. As respostas obtidas foram processadas utilizando o *software* SPSS 15.0. Com base nos resultados obtidos, elaborou-se a versão final do inquérito (Apêndice C) o qual passou a integrar 54 questões, estruturadas em quatro grupos principais:

- Grupo Básico: inclui o contexto escolar e o familiar, entendido como o espaço onde os estudantes desenvolvem a sua estrutura de comportamento informacional configurando uma forma de lidar com a LI. Entendendo-se por contexto um espaço composto por elementos materiais, tecnológicos e simbólicos (a dimensão institucional de uma entidade, papéis e status dos actores), o presente contexto escolar inclui as instalações da escola/universidade (considerando aqui o edifício em si, a estrutura tecnológica e a instituição/escola) mais os papéis e o estatuto social dos respectivos actores (professores, estudantes, etc.).
- Grupo Funcional: inclui o papel de mediação de instituições como a biblioteca e a escola.
- Grupo Transversal: inclui todas as questões relacionadas com a forma como os estudantes combinam e usam informação diversa. Por exemplo: acesso à informação, avaliação da informação e respectivo uso.

- Grupo Introspectivo: mecanismo interno (motivação) ligado às necessidades de informação. Seguiu-se a análise dos resultados e a validação do modelo teórico elaborado (Apêndice A). Neste modelo, partimos dos seguintes preceitos:
- As competências informacionais são co-determinadas, em primeiro lugar, pelas condições do meio e pela acção humana, focada no contexto e na situação.
- O meio determina o contexto e o contexto é mais urgente e uma situação mais pessoal.
- Tudo isto definirá as necessidades de informação.
- As necessidades de informação determinarão o modo como os estudantes acederão à informação
- Quando os estudantes acedem á informação, um processo de avaliação e seleção é automaticamente activado e este processo é influenciado pela situação, contexto e meio.
- O resultado deste processo é a satisfação ou não-satisfação do estudante. O Projecto eLit.pt consiste em não ser apenas mais um diagnóstico baseado num minucioso inquérito por questionário que se estendeu a uma amostra ampla de estudantes do último ano do Ensino Secundário e do meio de várias Licenciaturas (desde a área de Humanas às Tecnológicas, cobrindo um espectro variado e significativo) do Ensino Superior Público (Universitário e Politécnico), mas, sobretudo, uma pesquisa em Ciência da Informação que foca a problemática da LI como um aspecto integrante e estrutural da área do comportamento informacional. Não se trata, pois, de uma pesquisa híbrida e sem ponto de partida claro – ela parte do campo e com o arsenal teórico- metodológico e conceptual da CI, mas fazendo, naturalmente, interligações com a Educação, a Psico-Pedagogia e a Sociologia.

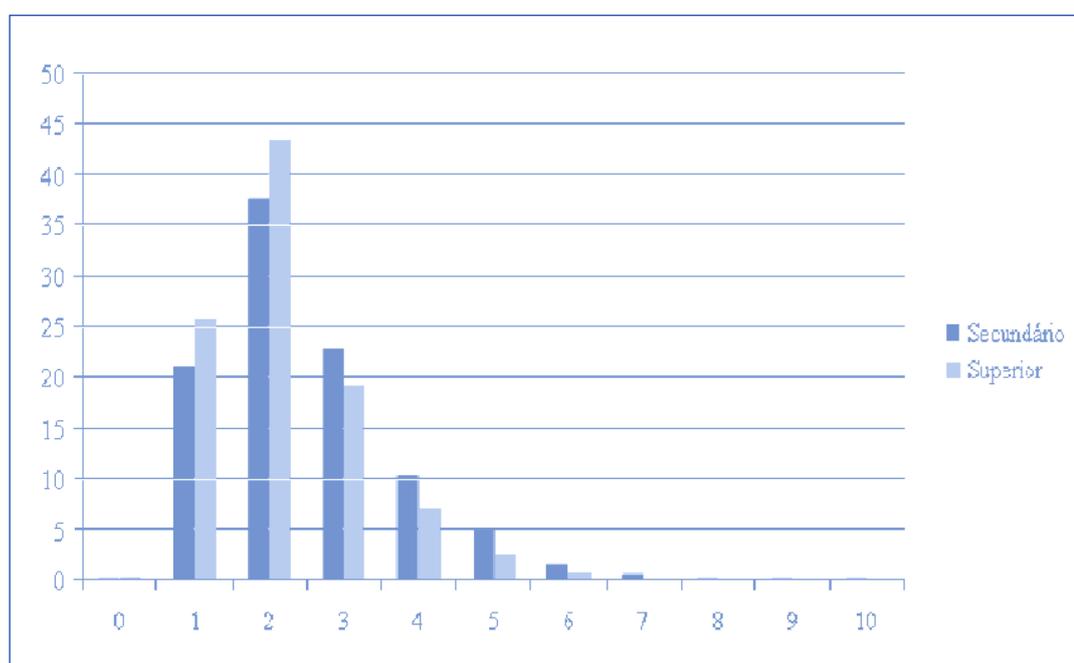
Resultados

A análise dos dados gerais sobre a origem social dos inquiridos permite apontar algumas tendências. No que concerne aos estudantes do ESec estes parecem refletir um perfil característico de populações urbanas possuindo 45,6% das mães um curso Superior, seguindo-se 23,3% com o Secundário, enquanto nos pais 35,5% têm um curso Superior, seguindo-se 25,2% com o Secundário. Somente 15,2% dos alunos beneficiam de apoio social escolar. No Ensino Superior existe uma clara diferenciação na origem social dos estudantes do Ensino Universitário e dos do Ensino Politécnico, revelando este último um maior recurso ao apoio social (43% por oposição a 2,4% no Ensino Universitário), bem como um menor nível de escolaridade da mãe (no Politécnico 26,6% com 1o Ciclo, face a 27,9% com curso Superior nos do Ensino Universitário) e do pai (no Politécnico 25,8% com 1o Ciclo, face a 24,4% com curso Superior nos do Ensino Universitário). Verifica-se uma provável frequência em escolas com menos recursos já que se apresentam como os que no 1o Ciclo menos frequentaram a Biblioteca Escolar. O inquérito mostra-nos, ainda, que a maior parte dos inquiridos que frequenta o ESUP já possui maior volume

de capital escolar do que os seus pais.

Atentando nos dados gerais obtidos sobre a presença de computadores e das condições de acesso à Internet na vida destes estudantes, verificamos que cerca de 99% dos inquiridos declara ter computador em casa (destes 60,4 % do ESec e 62,8% do ESup têm de 2 a 3 computadores), sendo o número de computadores por agregado familiar maior no Ensino Universitário que no Ensino Politécnico (33,4% com mais de 2 computadores no Universitário, face a 25,2% no Politécnico), o que leva à possibilidade de um uso mais intensivo por parte do estudante universitário (Gráfico 45).

Gráfico 45- Posse e uso de computador em casa (%)



O acesso à Internet em casa está também bastante difundido (cerca de 81% dos inquiridos), sendo que a sua distribuição é mais uma vez favorável aos alunos das Universidades (só 7,2% não tem ligação, enquanto que no Politécnico atinge os 11,9%) (Gráfico 46). A frequência de acesso é igualmente diferenciada, sendo os universitários aqueles que acedem com maior frequência. Quando comparado globalmente o ESup com o ESec é o primeiro que revela uma maior frequência de acesso (75,5% para 68,5%) evidenciando já comportamentos distintos, nomeadamente no que respeita ao local de onde acedem à Internet (Gráfico 47). Se, em ambos os casos, a 1ª opção é o acesso a partir de casa (acima de 90%), quando se trata do contexto educacional, 57,4% dos estudantes do ESup afirma fazê-lo na Faculdade e só 19,6% do ESec o faz na respetiva Escola, apesar de reconhecerem a existência de recursos. É de salientar que 94,7% dos estudantes do ESec possuem formação em TIC, enquanto só 53% dos estudantes do ESup tiveram essa possibilidade. De facto, entra aqui outra variável, indissociável das reformas operadas no sistema educativo e na progressiva inclusão de novas disciplinas/conteúdos, que afeta os dois grupos (ESec e ESup - em 2001-2002, achavam-se, respetivamente, no 5º ano e no 7º ano de escolaridade).

Gráfico 46- Local onde os inquiridos acedem à Internet (%)

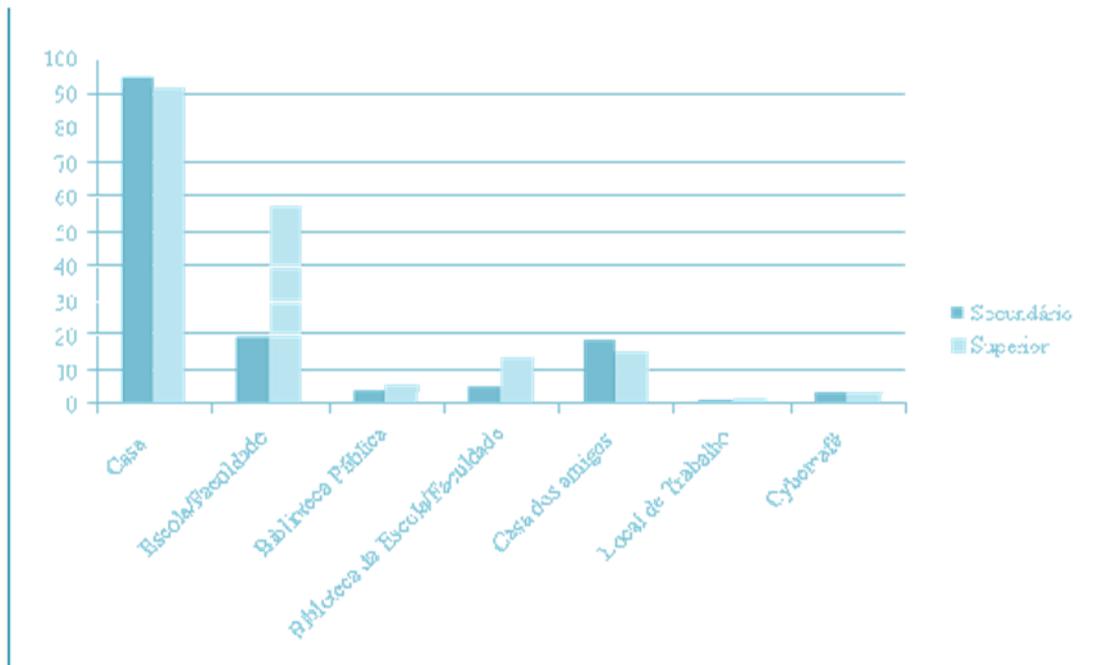
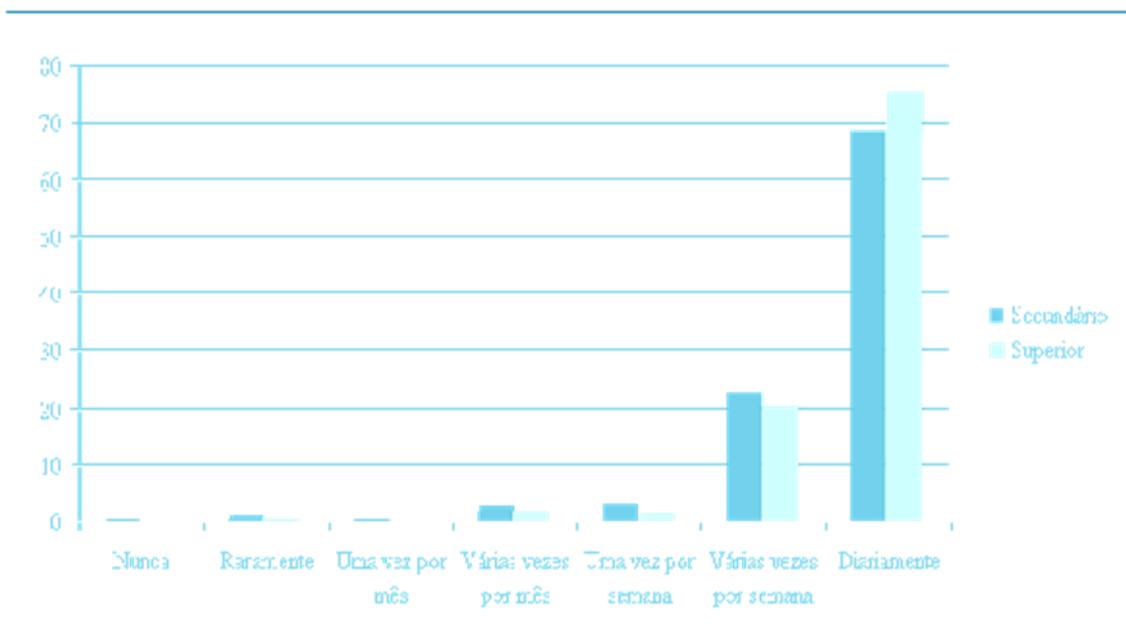
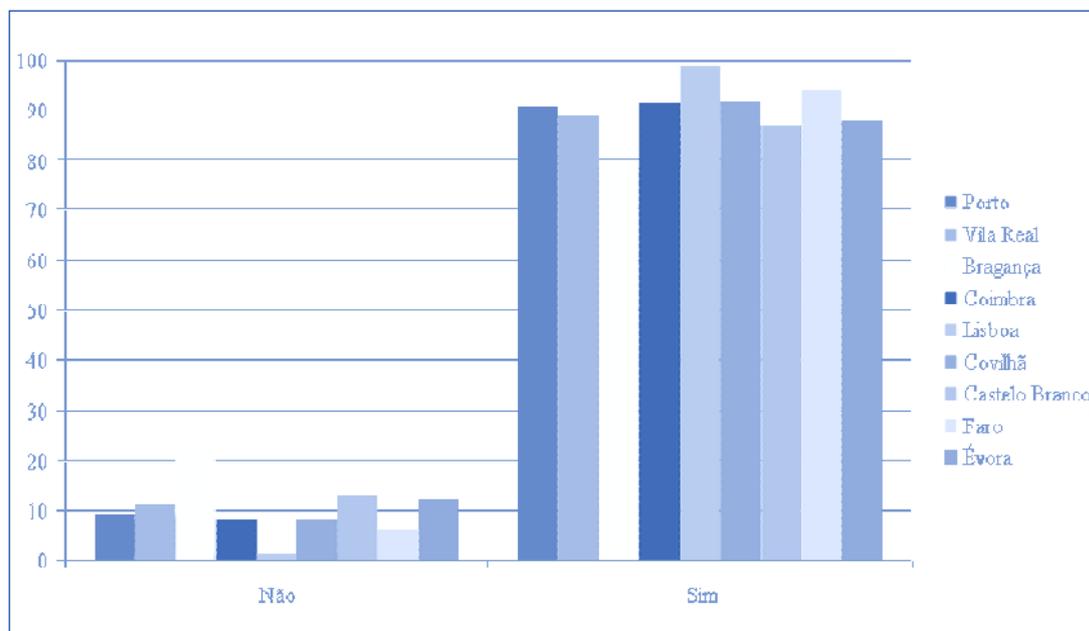


Gráfico 47- Frequência com que acedem à Internet (%)



Verifica-se, ainda, que a desigual distribuição de recursos entre Ensino Universitário e Politécnico assenta, também, numa desigual distribuição geográfica. Assim, as maiores taxas de acesso encontram-se nas maiores cidades (Gráfico 48).

Gráfico 48- Ligação à Internet em casa / cidade da Inst. Ensino - Inquiridos do ESUP (%)



De uma forma geral, e não obstante o bom apetrechamento tecnológico, a diferenciação social e as assimetrias verificadas no acesso e no uso das tecnologias de informação e comunicação, bem como dos recursos de informação, parecem esboçar a existência de uma “brecha informacional” (informational divide) a par da já identificada “brecha digital” (digital divide). Convocando o conceito de LI estes dados parecem sugerir que no contexto escolar é preciso fazer algo de substancial na dimensão das competências cognitivas para que tal “brecha” diminua ou desapareça. Contudo, e por si só, o contexto socioeconómico e familiar não parece ter especial relevância no comportamento informacional, apontando estes resultados para a influência de variáveis oriundas do próprio contexto escolar.

Na verdade, se para os alunos do ESec a escola dá formação e possibilita o acesso a serviços e recursos, não constitui para estes alunos o local preferido para os usar, nem mesmo quando o objetivo são trabalhos escolares. Sendo elevado o número de disciplinas que solicitam trabalhos, é novamente em casa que os alunos do ESec os realizam (96,6%), surgindo aqui uma outra diferenciação face aos estudantes do ESUP que, apesar de também tenderem a preferir a sua casa (81,1%), manifestam um uso mais intensivo quer do espaço/recursos da Faculdade (64,6%), quer da Biblioteca aí localizada (42,1%), a funcionar de um modo tendencialmente especializado. Os trabalhos, que os alunos do ESUP têm de elaborar para as diversas disciplinas dos cursos que frequentam, encontram-se na origem de necessidades e problemas de acesso e uso de informação mais complexos, que têm de ser solucionados, sendo visível a maior importância atribuída aos recursos

oferecidos pela Faculdade, normalmente mais específicos, em maior abundância e de maior qualidade.

Apesar de não recorrerem à biblioteca escolar para elaborarem os seus trabalhos escolares, nem por isso os nossos inquiridos deixam de a utilizar. A percentagem de alunos que declarou nunca ter visitado este equipamento fica-se pelos 22,4%. Note-se que, de forma não surpreendente, os inquiridos que disseram ter frequentado a biblioteca no 3o ciclo de ensino – 69,7% – são, claramente, em maior número do que aqueles que afirmam tê-lo feito no 2º ciclo (47,7%) e, principalmente, no primeiro ciclo (18,7%).

Se analisarmos a utilização que os inquiridos do ESUP faziam da biblioteca da sua escola quando eram alunos do ensino básico, verificamos que apenas uma minoria de 15,9% de inquiridos nunca usufruiu desse equipamento. 60,9% dos estudantes do ESUP declararam ter frequentado a biblioteca escolar quando se encontravam no 3o ciclo do ensino básico. É de notar, que os atuais alunos do secundário frequentavam com maior frequência a biblioteca escolar quando ainda se encontravam no ensino básico do que os jovens que estudam agora no ensino superior.

Revisando o aspeto referido - a utilização da biblioteca da Faculdade -, constatamos que, de um modo geral, os estudantes do ESUP recorrem com frequência apreciável a este serviço. É certo que apenas 4,7% dos inquiridos o fazem diariamente, mas a percentagem daqueles que utilizam a biblioteca várias vezes por semana ascende a 28,5%. Apenas uma minoria residual de estudantes – 1,9% – declarou nunca ter usado a biblioteca da sua instituição de ensino ainda que a percentagem de discentes que revelou fazê-lo de modo ocasional atinja um valor apreciável, correspondente a 23,9%. Ainda assim, cerca de três quartos (74,2%) dos indivíduos que integram a nossa amostra se deslocam à biblioteca da Faculdade pelo menos uma vez por mês.

Uma comparação entre as duas versões do inquérito sugere-nos que a utilização da biblioteca da respetiva instituição de ensino aumenta muito significativamente com a transição do ESec para o ESUP, provavelmente como resposta a necessidades e problemas informacionais crescentes.

Tão importante como perceber o que é que os alunos fazem na biblioteca escolar ou da Faculdade, é saber quais os recursos das mesmas que utilizam. Tentamos, assim, medir a frequência com que os inquiridos utilizam as diversas ferramentas que aquele espaço lhes disponibiliza. À exceção do acesso livre, as percentagens de indivíduos que nunca utilizam os diversos recursos é sempre superior a 50%. O acesso livre é, claramente, contrário à tendência geral; ainda assim, apenas 11,2% dos estudantes o utilizam frequentemente, enquanto 5,1% declaram utilizá-lo muito frequentemente. Daqui podem ser extraídas duas conclusões alternativas: ou existe uma subutilização, por parte dos alunos, dos instrumentos que se encontram à sua disposição nas bibliotecas escolares; ou estas fornecem um número limitado de recursos.

Com relação aos estudantes de ESUP vemos que de acordo com as respostas obtidas, elaborar trabalhos para o curso, pesquisar informação para estudo, e estudar são as atividades mais comuns, sendo citadas, respetivamente, por 66,1%, 62,1% e 69,2% dos inquiridos. 46,6% dos estudantes declarou que utiliza a biblioteca da sua Faculdade para requisitar material. Se uma percentagem elevada de estudantes do secundário afirmou usar a biblioteca da sua instituição de ensino para aceder à Internet, apenas 29,3% dos alunos

do superior referem essa finalidade. Parece-nos que entre os estudantes dos dois níveis de ensino poderão existir não só diferentes taxas de utilização daquele equipamento, mas também diferentes modos de utilização do mesmo.

Observando os quadros que de seguida se apresentam, facilmente se conclui que os estudantes do ESup, de uma maneira geral, utilizam uma maior diversidade de recursos da biblioteca da sua instituição de ensino do que os alunos do secundário (Tabela 5). Resta saber se isto se deve a uma maior necessidade de procura de informação, à disponibilização, por parte da biblioteca, de maior número de recursos, ou à combinação destes dois fatores. Ainda assim, podemos considerar que a utilização desses recursos é baixa. Destaca-se o acesso livre, com níveis de utilização claramente superiores aos de outros recursos.

Tabela 5- Frequência de utilização dos recursos da biblioteca da faculdade (%)

Recurso BF:	Catálogo de fichas	Acesso livre	Biblioteca digital	Catálogo electrónico	Bases de dados
Nunca	52,0	17,9	37,5	38,9	33,3
Raramente	26,9	18,9	26,4	23,7	22,8
Às vezes	16,6	31,0	22,3	20,0	23,6
Frequentemente	3,6	23,5	10,2	12,3	13,6
Muito frequentemente	0,8	8,7	3,5	5,1	6,6

No momento de valorar o papel de intermediação da biblioteca, da escola, da família, perguntamos aos alunos que reconheceram sentir dificuldades na utilização dos recursos da biblioteca a quem recorrem para dar resposta às suas dúvidas. Um número muito significativo de inquiridos referiu solicitar ajuda habitualmente ao bibliotecário: 48,3% de estudantes do secundário e 69,2% do superior. Refira-se ainda que cerca de metade (51,3%) dos discentes mencionou pedir auxílio aos professores. Este é um dado curioso, uma vez que nos mostra que a tendência para recorrer à ajuda de docentes para lidar com dificuldades sentidas na utilização da biblioteca é claramente maior neste patamar de ensino do que no secundário.

Verificamos, assim, que embora os inquiridos procurem resolver as suas necessidades de informação recorrendo à biblioteca escolar ou da sua faculdade, fazem-no de modo irregular e principalmente para satisfazer parte dessas necessidades induzidas pela escola.

Resta-nos analisar um outro espaço que se assume como local privilegiado para que os sujeitos possam resolver os seus problemas relacionados com o acesso à informação e a manipulação da mesma: a biblioteca pública.

Com surpresa constatamos que apenas 72,5% dos inquiridos do ESec afirmam existir uma biblioteca pública na sua área de residência. Surpreendemo-nos porque sabemos que todos os concelhos de residência dos inquiridos (tanto em tempo de aulas como fora dele) estão equipados com bibliotecas municipais. Daqui podem resultar duas interpretações. Os inquiridos poderão não ter interpretado “área de residência” enquanto concelho e terão adotado unidades espaciais de referência mais circunscritas (freguesia, por exemplo) onde realmente não existem bibliotecas públicas. Por outro lado, estes resultados

também poderão indicar um elevado grau de desconhecimento, por parte destes jovens estudantes, dos equipamentos existentes no local onde habitam. Este segundo caminho explicativo aponta para um distanciamento entre os jovens e a rede de bibliotecas públicas.

A hipótese deste feito parece reforçada pelas respostas à questão “com que frequência vais à biblioteca pública”. Os resultados mostram que 45,1% dos inquiridos nunca o fazem, enquanto 41,1% apenas a visitam excepcionalmente. A percentagem de utilizadores regulares – mesmo que consideremos a frequência mensal como nível mínimo de regularidade – é muito baixa face aos 86,2% de inquiridos que ou não a utilizam, ou raramente o fazem.

Uma muito elevada percentagem de inquiridos – 82,2% - aponta a existência de uma biblioteca pública na sua área de residência. Apesar disto, muito poucos estudantes do ESUP utilizam as suas instalações com regularidade. A percentagem de discentes que raramente visita este espaço é de 49,4%; ao mesmo tempo, o peso daqueles que nunca o faz também é muito significativo: 33,2%. Ou seja: 82,6% dos nossos inquiridos nunca se desloca à biblioteca pública ou apenas o faz excepcionalmente. Quanto à existência de computadores com ligação à Internet nestes espaços, ela é apontada por 93,1% dos inquiridos. Ainda assim, os estudantes do superior demonstram estar mais familiarizados com as bibliotecas públicas do que os alunos do secundário.

Ante esta situação, a pergunta é que meios utilizam os estudantes para o acesso à informação. No lote de recursos utilizados pelos alunos analisaram-se os resultados relativos aos que têm uma ligação mais específica a conteúdos escolares (YouTube, Wikipédia e b-on) e foi possível concluir que os estudantes em média utilizam mais o YouTube ($M=3,99$, $DP=0,97$) e a Wikipédia ($M=3,67$, $DP=0,99$), sendo a b-on o recurso menos utilizado ($M=1,38$, $DP=1,09$) ($F(10, 4618)=88,01$, $p=0,000$).

Mais uma vez os resultados indicam a necessidade de formação para que se rentabilize a utilização destes recursos em termos educativos.

Relativamente ao tipo de trabalho preferido constatou-se que os alunos preferem realizar trabalho de grupo a trabalho individual numa percentagem de 67,1% no caso do Politécnico, de 55,9% no Universitário e de 68,6% no ESec ($\chi^2(2) = 46,36$, $p=0,000$). Verifica-se que nos universitários esta preferência é menos acentuada. Estes resultados podem indiciar que no universitário o gosto pela autonomia se torna mais evidente.

Há uma diferença estatisticamente significativa relativamente à percentagem de alunos que usa os diferentes suportes de entrega de trabalhos ($\chi^2(4) = 51,05$, $p=0,000$). No Politécnico 69,5% e no Secundário 65,2% usam ambos os suportes (papel e eletrónico), enquanto no Universitário apenas 56,3% usam ambos. É no Universitário que o papel é mais usado (40,2%; Secundário – 30,1% e Politécnico – 27,4%) e no Secundário que o suporte eletrónico é mais usado (4,7%; Politécnico – 3% e Universitário – 3,5%).

Os resultados podem indicar que os hábitos escolares estão a mudar e refletem-se mais rapidamente ao nível do secundário. Por outro lado, a Universidade continua a ser uma instituição mais conservadora e na fase de transição em que estamos ocorrem ainda resistências.

Há uma diferença estatisticamente significativa relativamente à percentagem de alunos que usa os diferentes suportes de apresentação de trabalhos. No ensino politécnico o PowerPoint é mais usado (92,4%), no universitário é usado por 88,4% e, no secundário,

por 82,9% ($\chi^2(2) = 32,09$, $p=0,000$). É no ESec que a apresentação oral sem suporte eletrónico é mais elevada (63,8%; Politécnico – 43,2% e Universitário – 47,8%) ($\chi^2(2) = 74,39$, $p=0,000$). No ESec o flash é mais usado (2,6%; Politécnico – 1,3% e Universitário – 0,5%) ($\chi^2(2) = 15,11$, $p=0,001$).

Estes resultados indicam que no ESec a exigência de apresentação dos trabalhos com ajuda de suporte eletrónico é menor o que poderá acontecer por falta de equipamento. Também a utilização do flash pelos alunos do secundário pode revelar a adesão cada vez mais rápida deste nível de ensino às TIC.

Analisaram-se as diferenças entre as fontes para a realização dos trabalhos nos diversos níveis de ensino, tendo-se encontrado diferenças significativas. Os resultados mais salientes indicam que os estudantes em média utilizam mais os motores de busca para a realização dos trabalhos e, por último, os materiais existentes na biblioteca pública. Assim, as TIC ultrapassam os meios clássicos de realização dos trabalhos o que aponta para a necessidade de formação de modo a melhorar a qualidade desta utilização.

A percentagem de estudantes que lêem e tiram apontamentos é idêntica, não apresentando diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de ensino. Há mais alunos do secundário a fazer cópia textual (16,5%) do que no politécnico (11,8%) ou no universitário (10%).

Por outro lado, há uma percentagem menor de alunos do secundário a comparar leituras (30,5%; Politécnico – 40,6% e Universitário – 43,3%) e a avaliar a autoria (Secundário 6,4%, Politécnico 13% e Universitário 10,4%) ($\chi^2(2) = 20,93$, $p=0,000$). Isto aponta que há uma evolução do nível de literacia do secundário para o superior, dada a diminuição nos valores da cópia literal e a maior preocupação com a autoria.

Há uma diferença estatisticamente significativa em relação à percentagem de alunos que recorre a diferentes pessoas para pedir ajuda para a realização dos trabalhos em cada nível de ensino. Os alunos do secundário não pedem ajuda (23,1%; no Politécnico 4,6% e no Universitário – 7%) ($\chi^2(2) = 188,08$, $p=0,000$) ou pedem a familiares (33,7%; no Politécnico 11,9% e no Universitário 14,3%) ($\chi^2(2) = 168,56$, $p=0,000$), os do politécnico pedem ajuda ao grupo (59,9%; no Secundário 43,7% e no Universitário 52,9%) ($\chi^2(2) = 45,57$, $p=0,000$) e os universitários pedem aos colegas (67,3%; no Secundário 43,7% e no Politécnico 64,3%) ($\chi^2(2) = 130,44$, $p=0,000$) e aos professores (55,2%; no Secundário 31,9% e no Politécnico 55,7%) ($\chi^2(2) = 135,48$, $p=0,000$).

Os resultados indicam que o recurso aos familiares é mais fácil durante o secundário e que o nível de conhecimentos de cada aluno pode ser mais diferenciado no superior, resultando no maior recurso aos colegas/grupo.

Considerações finais

A primeira consideração é que parece confirmar-se o facto de que o modelo teórico eLit constitui um referente conceptual válido para explicar o fenómeno da LI. Globalmente, podemos verificar que o meio ambiente, os contextos e as situações definem o comportamento informacional, nunca esquecendo que a informação é estruturada pela ação.

Neste sentido, cabe destacar que, na medida em que os estudantes têm maior obrigação ou compromisso no desenvolvimento das suas tarefas académicas, maior é a importância que atribuem ao uso da informação, o que se repercute de forma positiva no referido comportamento informacional. Esta tendência confirma uma das nossas principais hipóteses de trabalho, isto é, a incidência das necessidades da informação na motivação, evidenciada na qualidade do acesso, do uso, da avaliação e da comunicação da informação.

Comprovamos, também, o valor do enfoque que decidimos atribuir à comparação dos resultados obtidos no ESec e os obtidos no ESUp. É-nos, pois, possível demonstrar que durante todo o processo ocorrem diferenças em alguns indicadores, manifestando os estudantes do superior uma maior qualidade no seu nível de LI. Algumas destas diferenças reportam-se à utilização das bibliotecas e de outros meios formais de acesso à informação. Através dos resultados obtidos podemos comprovar que, de maneira geral, os estudantes manifestam uma acentuada e reiterada utilização dos motores de busca, em detrimento de recursos mais qualificados, nomeadamente o biblioteconómico. Surpreende que, no âmbito educativo em que trabalhamos, um estudante confira uma maior credibilidade à informação que encontra no Google, do que à obtida num recurso como a b-on.

Daqui podemos ressaltar outra questão chave, essencial para compreender o ponto em que nos situamos. Referimo-nos a um uso das bibliotecas, sejam elas públicas, escolares ou universitárias, muito inferior ao nível esperado, e, por isso, os esforços destas instituições para melhorar ou incidir na melhoria dos níveis de LI, intervindo ativamente no processo de ensino/aprendizagem, vêm-se consideravelmente reduzidos. Esta afirmação correlaciona-se com outra incontornável: há um problema mais profundo que tem as suas raízes nas diversas facetas dos indivíduos, do sistema educativo e da sociedade.

Os resultados permitem antever como a orientação para efetuar pesquisas e usar a informação é uma tarefa que deve constituir parte integrante do processo de ensino/aprendizagem, assumindo o professor um papel importante, mas que não pode ignorar a influência dos amigos e da família neste âmbito. Daí a necessidade de trabalhar no sentido de uma articulação entre a tríade educacional formal (professor, aluno e biblioteca escolar) e o nível informal, composto por uma mistura de grupos/parceiros, sem esquecer o papel das TIC e a sua influência na motivação e satisfação dos estudantes, considerando que estamos perante uma geração “nativa digital”.

A análise conduz, naturalmente, à proposta de medidas de intervenção. Contudo, não consideramos que o problema da LI se possa resolver com um conjunto de receitas. Constatamos que o Espaço Europeu de Ensino Superior traz novas exigências aos estudantes, tornando-se evidente que estes não possuem o nível desejado para responder com sucesso a estas novas demandas. É evidente, também, que o papel dos diferentes agentes é muito importante na hora de levar a cabo as medidas e as ações necessárias, mas

o que é verdadeiramente crucial é o estabelecimento de uma política educativa que trabalhe na busca da referida articulação entre os agentes/atores centrais e que evidencie um verdadeiro interesse e compromisso para com o problema da LI em Portugal.

